

Campus Porto Velho Zona Norte
Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD

JAQUELINE DAMACENO DOS REIS
VANIA DE SOUZA ARAÚJO

GESTÃO PÚBLICA TRANSFORMADORA: o papel do Gestor na Educação Ambiental

PORTO VELHO
2025



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

JAQUELINE DAMACENO DOS REIS
VANIA DE SOUZA ARAÚJO

GESTÃO PÚBLICA TRANSFORMADORA: o papel do Gestor na Educação Ambiental

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de tecnólogo, junto ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD, sob a orientação do professor Douglas Moro Piffer.

PORTO VELHO
2025

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO,
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Reis, Jaqueline Damaceno dos.

Gestão pública transformadora: o papel do gestor na educação ambiental /
Jaqueline Damaceno dos Reis, Vania de Souza Araújo, Porto Velho-RO,
2025.

19 f. : il.

Orientador(a): Prof. Me. Douglas Moro Piffer.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em Gestão
Pública EAD) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de
Rondônia - IFRO, Porto Velho-RO, 2025.

1. Gestão Pública. 2. Educação Ambiental. 3. Sustentabilidade. 4.
Responsabilidade Social. I. Araújo, Vania de Souza. II. Piffer, Douglas Moro
(orient.). III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de
Rondônia - IFRO. IV. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Marlene Fouz da Silva, CRB-11/946 (Campus Porto Velho Zona Norte)

GESTÃO PÚBLICA TRANSFORMADORA: O PAPEL DO GESTOR NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

TRANSFORMATIVE PUBLIC MANAGEMENT: THE ROLE OF THE MANAGER IN ENVIRONMENTAL EDUCATION

DOI: 10.55908/RGCV19N1-007

Originals received: 02/03/2025

Acceptance for publication: 01/24/2025

Jaqueline Damaceno dos Reis

Tecnóloga em Gestão Pública

Instituição: Ciências Sociais Aplicadas, Instituto Federal de Rondônia (IFRO) - campus Porto
Velho Zona Norte

Endereço: Porto Velho, Rondônia, Brasil

E-mail: jaqueline.reis@estudante.ifro.edu.br

Vania de Souza Araújo

Tecnóloga em Gestão Pública

Instituição: Ciências Sociais Aplicadas, Instituto Federal de Rondônia (IFRO) - campus Porto
Velho Zona Norte

Endereço: Porto Velho, Rondônia, Brasil

E-mail: vania.araujo@estudante.ifro.edu.br

Douglas Moro Piffer

Mestre em Administração pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Instituição: Ciências Sociais Aplicadas, Instituto Federal de Rondônia (IFRO) - campus Porto
Velho Zona Norte

Endereço: Porto Velho, Rondônia, Brasil

E-mail: douglas.piffer@ifro.edu.br

RESUMO: A educação ambiental é vista como fundamental para formar cidadãos críticos e engajados, com abordagens divergentes entre práticas diretas e visões éticas, destacando a importância da capacitação de educadores, participação comunitária e políticas públicas integradas, embora haja lacunas no estudo do impacto em comunidades vulneráveis e no uso de tecnologias digitais para ampliar seu alcance. Objetivo: O objetivo principal deste estudo é analisar, por meio de uma revisão narrativa da literatura, a atuação do gestor público na promoção da educação ambiental, destacando as práticas, desafios e boas práticas adotadas nesse contexto. Metodologia: Este estudo é uma revisão narrativa de literatura que analisou

publicações contemporâneas sobre a atuação do gestor público em prol da educação ambiental, utilizando bases de dados acadêmicas para garantir uma análise atualizada, qualitativa e contextualizada das práticas, desafios e boas práticas na interação entre poder público, sociedade e educadores ambientais. Resultados: Da análise das publicações recentes sobre o tema, emergiram as seguintes dimensões: as ações educativas nas escolas e a articulação com a sociedade civil, os desafios políticos, econômicos, culturais e sociais enfrentados, e as boas práticas nas interações entre poder público, sociedade e educadores ambientais. Considerações Finais: As considerações finais destacam que o sucesso das políticas de educação ambiental depende da capacidade dos gestores públicos de integrar sociedade, educadores e tomadores de decisão, enfatizando a importância da gestão participativa, da formação interdisciplinar dos gestores, da descentralização para adaptação local, e da necessidade de uma avaliação mais aprofundada sobre os impactos dessas políticas, especialmente em comunidades vulneráveis, com foco na integração de modelos híbridos de gestão pública.

Palavras-chave: Gestão Pública. Educação Ambiental. Sustentabilidade. Responsabilidade Social.

ABSTRACT: Environmental education is seen as fundamental to forming critical and engaged citizens, with divergent approaches between direct practices and ethical views, highlighting the importance of training educators, community participation and integrated public policies, although there are gaps in the study of the impact on vulnerable communities and in the use of digital technologies to expand its reach. Objective: The main objective of this study is to analyze, through a narrative review of the literature, the performance of public managers in promoting environmental education, highlighting the practices, challenges and good practices adopted in this context. Methodology: This study is a narrative review of the literature that analyzed contemporary publications on the performance of public managers in favor of environmental education, using academic databases to ensure an updated, qualitative and contextualized analysis of the practices, challenges and good practices in the interaction between public authorities, society and environmental educators. Results: The following dimensions emerged from the analysis of recent publications on the topic: educational actions in schools and coordination with civil society, political, economic, cultural and social challenges faced, and good practices in interactions between public authorities, society and environmental educators. Final Considerations: The final considerations highlight that the success of environmental education policies depends on the capacity of public managers to integrate society, educators and decision-makers, emphasizing the importance of participatory management, interdisciplinary training of managers, decentralization for local adaptation, and the need for a more in-depth assessment of the impacts of these policies, especially in vulnerable communities, with a focus on the integration of hybrid public management models.

Keywords: Public Management. Environmental Education. Sustainability. Social Responsibility.

1. INTRODUÇÃO

A educação ambiental, defendida por autores como Rodrigues e Nascimento (2016) e Veiga (2017), é essencial para formar cidadãos críticos e engajados, integrando-se aos currículos escolares para além do conhecimento técnico, enquanto Setúbal (2015) propõe que seja interdisciplinar. Divergem-se abordagens práticas, como as defendidas por Tundisi e Matsumura-Tundisi (2016) e Bonadeo (2021), que incentivam ações diretas, e visões éticas, como as de Veiga, Rodrigues e Nascimento, que promovem uma conscientização mais profunda. Há consenso sobre a participação comunitária, vista por Sachs (2017) e Lawson *et al.* (2015) como essencial para o engajamento cívico. A capacitação de educadores é crucial para consolidar uma cultura ambiental, e o papel do gestor público gera debate entre centralização e apoio a iniciativas locais. No entanto, a literatura ainda carece de estudos que abordem os desafios enfrentados por comunidades periféricas e o uso de tecnologias digitais para amplificar o alcance da educação ambiental.

A literatura sobre educação ambiental destaca a importância de uma integração entre políticas públicas diversas para promover uma abordagem holística e eficaz, como defendem Rodrigues e Nascimento (2016), Veiga (2017) e Sachs (2017), mas diverge quanto à forma ideal dessa integração, oscilando entre abordagens éticas e práticas. Questões econômicas e sociais, como falta de financiamento e resistência cultural, são reconhecidas como obstáculos ao sucesso dessas políticas, sendo que autores como Baker e Lonsdale (2015) defendem que a educação ambiental deve considerar as tradições locais, enquanto Tundisi e Matsumura-Tundisi (2016) advogam por uma conscientização ambiental global. A participação comunitária e a capacitação de educadores surgem como essenciais, mas os autores divergem entre centralização estatal e empoderamento local. Há, contudo, lacunas sobre a inclusão de populações marginalizadas e o uso de tecnologias digitais, apontando para a necessidade de mais estudos que avaliem o impacto a longo prazo das políticas de educação ambiental em comunidades vulneráveis e o fortalecimento de uma governança colaborativa eficaz.

As publicações recentes destacam a importância da gestão participativa e da colaboração entre gestores públicos e a comunidade para o sucesso das políticas de educação ambiental, com

autores como Jacobi e Sulaiman (2016) e Li e Oliveira-Puppim (2021) enfatizando a construção conjunta de soluções. Há um consenso sobre a necessidade de capacitação contínua e interdisciplinar dos gestores e educadores, além da utilização de práticas educativas que conectem os estudantes ao ambiente local, como defendem Moitinho e sua equipe (2017) e Melo e seus colaboradores (2019). No entanto, surgem divergências quanto à extensão da participação popular e à centralização das políticas públicas, com algumas vozes defendendo uma maior autonomia local e outras, uma gestão mais técnica e centralizada. A literatura também aponta lacunas, como a falta de estudos sobre o impacto real das políticas em comunidades vulneráveis e a influência da participação popular nos resultados ambientais, sugerindo a necessidade de pesquisas sobre modelos híbridos de gestão e novas tecnologias de participação cidadã.

Nesse contexto, a realização de um estudo sobre a atuação do gestor público em prol da educação ambiental justifica-se no sentido de compreender o papel central que esses profissionais desempenham na implementação de políticas públicas eficazes para a sustentabilidade. O gestor público, ao articular e coordenar iniciativas educativas, pode promover a conscientização ambiental, engajar a sociedade e impulsionar ações concretas de preservação e uso responsável dos recursos naturais. Este estudo é particularmente relevante diante dos desafios contemporâneos, como as mudanças climáticas, a degradação ambiental e a escassez de recursos naturais, que exigem uma resposta integrada e bem direcionada do setor público. Além disso, investigar a atuação dos gestores permite identificar boas práticas, desafios e lacunas nas políticas atuais, contribuindo para a formação de políticas mais eficazes, inclusivas e adaptadas às realidades locais. Assim, a pesquisa visa não só a melhoria das práticas de gestão ambiental, mas também a promoção de um desenvolvimento sustentável a longo prazo, com benefícios para as gerações presentes e futuras.

O objetivo principal deste estudo é analisar, por meio de uma revisão narrativa da literatura, a atuação do gestor público na promoção da educação ambiental, destacando as práticas, desafios e boas práticas adotadas nesse contexto. A metodologia adotada neste estudo consiste em uma revisão narrativa da literatura, envolvendo a consulta a bases de dados acadêmicas relevantes, como SciELO, Google Scholar, CAPES Periódicos e Web of Science,

com o intuito de obter uma visão abrangente e atualizada sobre o tema. A pergunta norteadora deste estudo é: "Quais são as práticas, desafios e boas ações realizadas pelos gestores públicos para promover a educação ambiental?" Espera-se que os resultados identifiquem as principais tendências nas abordagens adotadas pelos gestores públicos, as divergências existentes nas estratégias e as lacunas na literatura, além de fornecer insights para aprimorar as políticas e ações de educação ambiental em diferentes contextos locais.

2. METODOLOGIA

O presente estudo classifica-se como revisão narrativa de literatura, pois, como destaca Alves e sua equipe (2022), envolveu a consulta às principais bases de dados acadêmicas e a periódicos especializados em busca de publicações contemporâneas sobre a temática da “atuação do gestor público em prol da educação ambiental”, garantindo uma análise atualizada e relevante. Dentre as bases consultadas destacam-se: SciELO (Scientific Electronic Library Online), que disponibiliza artigos de periódicos de acesso aberto, com ênfase nas publicações da América Latina e Brasil, cobrindo estudos sobre políticas públicas ambientais; Google Scholar, que permitiu uma busca ampla e acessível, abrangendo artigos, teses, dissertações e livros internacionais e nacionais publicados recentemente; CAPES Periódicos, que oferece acesso a uma vasta gama de periódicos científicos, incluindo os de gestão pública e educação ambiental, com artigos publicados na última década; e Web of Science, que foi consultada para garantir uma visão global sobre as práticas e políticas de gestores públicos no incentivo à educação ambiental, com ênfase em estudos recentes.

Conforme explicado por Campos Junior *et al.* (2023), a seleção dos estudos para a revisão narrativa deve ser orientada pela relevância e qualidade metodológica das publicações, além disso priorizou-se aquelas que abordam ações, desafios e boas práticas no contexto das interações entre o poder público, a sociedade e os educadores ambientais, com atenção às especificidades locais. Esse critério de escolha buscou garantir uma análise rica e contextualizada, considerando as diferentes realidades sociais e ambientais de cada região. A análise qualitativa e interpretativa foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, que

permitiu identificar tendências, consensos e dissensos na amostra estudada, revelando convergências e divergências nas abordagens adotadas pelos autores. Esse processo possibilitou uma compreensão aprofundada dos pontos críticos e das boas práticas relatadas na literatura, bem como das lacunas e áreas de consenso ou discordância, cujos principais achados serão apresentados na próxima seção.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A interface entre Gestão Pública e Educação Ambiental reflete um campo interdisciplinar que integra ações educativas, desafios políticos e boas práticas de interação. O organograma divide a análise em três pilares principais: a seção 1 explora as Ações Educativas nas Escolas e Articulação com a Sociedade Civil, enfatizando a educação ambiental no contexto escolar, a participação comunitária e a avaliação das políticas públicas. A seção 2 aborda os Desafios Políticos, Econômicos, Culturais e Sociais, analisando a integração de políticas públicas, os desafios econômicos e a governança ambiental. Por fim, a seção 3 apresenta as Boas Práticas no Contexto das Interações entre Poder Público, Sociedade e Educadores Ambientais, destacando a gestão participativa, a capacitação de profissionais e o debate entre centralização e descentralização de políticas. O objetivo é fornecer uma visão abrangente e aplicada, conectando as dimensões conceituais e práticas da educação ambiental no contexto da gestão pública.

Figura 1: Organograma dos achados da pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores.

3.1 AÇÕES EDUCATIVAS NAS ESCOLAS E ARTICULAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL

A educação ambiental desempenha um papel crucial na formação de cidadãos conscientes e responsáveis em relação ao meio ambiente, e sua implementação no contexto escolar e comunitário tem sido objeto de estudo e reflexão nos últimos anos. Autores como Rodrigues e Nascimento (2016) e Veiga (2017) concordam que a educação ambiental deve ser integrada de forma transversal aos currículos escolares, indo além da simples transmissão de conhecimentos técnicos sobre o meio ambiente. Esses autores defendem que a educação ambiental deve envolver uma transformação de valores e atitudes, formando cidadãos críticos e engajados com questões socioambientais, ao mesmo tempo em que promove uma ética ecológica essencial para o futuro sustentável. Para Setúbal (2015), esse processo de transformação deve ser radical e incluir todas as disciplinas escolares, com foco na interdisciplinaridade.

No entanto, enquanto autores como Tundisi e Matsumura-Tundisi (2016) e Bonadeo (2021) adotam uma abordagem mais prática, voltada para ações diretas, como a criação de hortas escolares, coleta seletiva e programas de reciclagem, outros, como Veiga (2017) e Rodrigues e Nascimento (2016), enfatizam uma abordagem mais filosófica e ética, sugerindo que a educação ambiental nas escolas deve transcender práticas concretas e buscar a conscientização profunda dos alunos. Isso cria uma tensão entre uma educação ambiental mais técnica e uma que propõe mudanças estruturais e comportamentais profundas nas comunidades escolares.

Além disso, há um ponto de convergência entre os autores no que diz respeito à importância da participação comunitária no processo de educação ambiental. Sachs (2017) e Lawson *et al.* (2015) ressaltam que a educação ambiental não pode se limitar ao espaço escolar, mas deve envolver a comunidade como um todo. As comunidades desempenham um papel essencial na promoção de práticas sustentáveis e no fortalecimento do engajamento cívico. A participação ativa da sociedade civil, por meio de ONGs e movimentos sociais, é considerada fundamental para a implementação de projetos educativos bem-sucedidos. Cardoso (2018) destaca como esses movimentos sociais têm impulsionado mudanças e pressionado por políticas públicas que promovam a educação ambiental de forma efetiva.

A literatura também aponta para a necessidade de capacitação de educadores ambientais e de formação de agentes multiplicadores, um ponto defendido por Rodrigues e Nascimento (2016) e Lawson *et al.* (2015). Ambos consideram que a formação contínua de educadores é essencial para garantir que o ensino da educação ambiental seja realizado de forma eficaz, tanto nas escolas quanto nas comunidades. A atuação desses educadores, como facilitadores e mediadores das mudanças necessárias, pode ser a chave para a construção de uma cultura ambiental nas próximas gerações.

Entretanto, também existem divergências no que se refere ao papel do gestor público na educação ambiental. Enquanto Veiga (2017) e Rodrigues e Nascimento (2016) acreditam que a educação ambiental deve ser uma responsabilidade centralizada nas políticas públicas, com forte coordenação entre as diferentes esferas de governo, outros autores, como Lawson *et al.* (2015), defendem que o papel do gestor público deve ser mais flexível, apoiando as iniciativas

locais e permitindo maior autonomia às comunidades e ONGs na implementação de ações ambientais. Esta abordagem mais descentralizada, segundo esses autores, pode evitar a burocratização e garantir que as ações educativas sejam mais adaptadas às realidades locais.

Outro ponto de divergência se refere à avaliação de impacto das ações educativas. Lawson et al. (2015) sugerem que a avaliação de programas de educação ambiental deve focar em resultados de longo prazo, como a mudança comportamental nas comunidades, enquanto Sachs (2017) e Setúbal (2015) defendem a adoção de métodos contínuos e qualitativos de avaliação, considerando as diversas dimensões do processo educativo. A falta de consenso sobre os critérios e metodologias de avaliação é um desafio para medir a eficácia real das políticas públicas de educação ambiental.

Apesar dessas divergências, há uma convergência generalizada sobre a necessidade de fortalecer a articulação entre o poder público e a sociedade civil na implementação de políticas de educação ambiental. A participação de ONGs, movimentos sociais e organizações comunitárias é vista como fundamental para o sucesso dessas políticas. Sachs (2017) e Cardoso (2018) ressaltam que as iniciativas de governança local, como os conselhos municipais de meio ambiente e fóruns de educação ambiental, são fundamentais para criar um ambiente de colaboração entre os diversos atores sociais, permitindo que as políticas públicas se tornem mais inclusivas e eficazes.

Portanto, apesar do consenso sobre a importância dessas parcerias, existem lacunas significativas na literatura sobre a implementação de políticas públicas de educação ambiental, especialmente no que diz respeito às comunidades de baixa renda e às regiões periféricas. Embora se reconheça a necessidade de integrar as comunidades em processos educativos, poucos estudos discutem as barreiras econômicas, sociais e culturais que dificultam a participação efetiva dessas populações. Além disso, o uso de tecnologias digitais para ampliar as ações de educação ambiental, especialmente em comunidades distantes e com acesso limitado à educação formal, é um campo ainda pouco explorado, embora tenha grande potencial para a mobilização e conscientização em larga escala.

3.2 DESAFIOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS, CULTURAIS E SOCIAIS

De maneira geral, os estudos concordam sobre a importância da integração de diferentes esferas da política pública para que a educação ambiental seja eficaz, sendo essa uma das principais convergências entre os estudos de Rodrigues e Nascimento (2016), Veiga (2017) e Sachs (2017). Esses autores enfatizam que a educação ambiental não pode ser tratada de forma isolada, mas sim integrada com políticas públicas de saúde, urbanismo e desenvolvimento econômico, promovendo uma abordagem mais holística e interconectada.

No entanto, há divergências quanto à forma dessa integração ocorrer. Rodrigues e Nascimento (2016) propõe uma integração mais filosófica e ética da educação ambiental, enquanto Veiga (2017) defende uma articulação prática entre as políticas educacionais e ambientais. Isso reflete diferentes abordagens sobre como a educação ambiental deve ser implementada dentro do aparato estatal.

Outro ponto de convergência entre os autores é o reconhecimento de que os desafios econômicos, como a falta de financiamento e a competição por recursos públicos, dificultam a efetivação das políticas de educação ambiental. Autores como Sachs (2017) e Cardoso (2018) destacam que, em tempos de crise econômica, a educação ambiental tende a ser negligenciada em favor de áreas consideradas mais urgentes, como saúde e segurança. Essa falta de priorização financeira é vista como um grande obstáculo para a implementação de programas educativos em larga escala, o que limita a capacidade do poder público de atuar de maneira eficaz na promoção da conscientização ambiental.

Por outro lado, os autores apresentam divergências quanto ao papel do poder público. Enquanto Sachs (2017) e Veiga (2017) defendem que o gestor público tem uma responsabilidade central na implementação das políticas de educação ambiental, com forte atuação nas esferas governamentais, Lawson et al. (2015) propõem uma abordagem mais descentralizada, na qual a sociedade civil e as ONGs desempenham um papel de protagonismo. Para esses autores, a autonomia das comunidades e a colaboração entre diferentes atores locais são essenciais para a implementação bem-sucedida de ações de educação ambiental. Esta

diferença reflete uma tensão entre o centralismo estatal e o empoderamento local, destacando uma divisão de pensamento sobre como estruturar a governança da educação ambiental.

Nos desafios culturais e sociais, a resistência à mudança e a falta de conscientização ambiental são apontadas de forma consistente por diversos autores, como Lawson et al. (2015) e Tundisi e Matsumura-Tundisi (2016). Ambos os grupos de pesquisadores concordam que as práticas insustentáveis muitas vezes estão profundamente enraizadas nas culturas locais, e que é necessário um esforço contínuo de sensibilização para superar essas barreiras. Contudo, enquanto Lawson et al. (2015) sugerem que a educação ambiental deve ser moldada a partir das realidades e tradições locais, Tundisi e Matsumura-Tundisi (2016) acreditam que é fundamental adotar um enfoque mais universalista, defendendo um padrão global de conscientização ambiental. A tensão entre essas abordagens revela as dificuldades de equilibrar a universalidade das questões ambientais com as particularidades culturais de cada comunidade.

A desigualdade social e a exclusão do acesso à educação ambiental também são pontos de convergência entre os autores, como evidenciado nas obras de Dias e Machado (2023) e Sachs (2017). Ambos os estudos enfatizam que as populações de baixa renda enfrentam dificuldades para acessar programas de educação ambiental, seja pela falta de infraestrutura ou pelo foco limitado das iniciativas públicas nessas comunidades. No entanto, há uma divergência quanto ao enfoque de solução para essas desigualdades. Dias e Machado (2023) propõem a adoção de políticas inclusivas e de parceria com as comunidades locais para garantir o acesso, enquanto Sachs (2017) defende que a solução deve vir de uma reestruturação das políticas públicas nacionais, com mais foco nas áreas periféricas e em populações vulneráveis.

Em relação aos desafios na implementação das políticas de educação ambiental, a formação e capacitação dos educadores ambientais surgem como um ponto crítico de convergência entre os autores. Tanto Rodrigues e Nascimento (2016) quanto Tundisi e Matsumura-Tundisi (2016) apontam que a falta de capacitação contínua dos educadores limita a qualidade do ensino da educação ambiental. No entanto, as abordagens diferem no sentido da qualificação necessária. Rodrigues e Nascimento (2016) destaca a importância de uma formação filosófica e crítica, enquanto Tundisi e Matsumura-Tundisi (2016) enfatizam a

necessidade de uma formação técnica e prática, voltada para a implementação de projetos concretos, como hortas escolares ou programas de reciclagem.

Um aspecto importante da literatura é a avaliação de resultados das políticas de educação ambiental, que tem sido amplamente discutida por Lawson et al. (2015) e Cardoso (2018). Embora haja consenso sobre a necessidade de avaliação contínua, os autores divergem quanto à metodologia. Lawson et al. (2015) defendem uma avaliação quantitativa, focada em indicadores claros de comportamento e mudanças nas comunidades, enquanto Cardoso (2018) propõe uma avaliação qualitativa, que leve em consideração as transformações nas percepções e na cultura ambiental das comunidades envolvidas.

As lacunas na literatura sobre o tema são evidentes e merecem atenção nos estudos futuros. Primeiramente, a literatura carece de uma análise mais aprofundada sobre o impacto das políticas de educação ambiental em populações marginalizadas e de como superar as barreiras econômicas e sociais que limitam a participação dessas comunidades. Embora existam estudos que abordam a desigualdade de acesso, ainda falta uma reflexão mais robusta sobre estratégias práticas para inclusão social nos programas de educação ambiental. Além disso, há uma necessidade de mais pesquisas sobre tecnologias digitais e como elas podem ser utilizadas para ampliar a educação ambiental, especialmente em áreas rurais ou periféricas, onde o acesso à educação formal é limitado.

Outra lacuna significativa é a avaliação de longo prazo das políticas de educação ambiental. Estudos longitudinais que investiguem a eficácia das políticas em termos de mudança comportamental nas gerações mais jovens e em comunidades locais são essenciais para entender o impacto real das ações educativas. Também é necessário aprofundar o estudo sobre a governança colaborativa e como a interação entre diferentes níveis de governo e a sociedade civil pode ser mais eficaz para a implementação de políticas sustentáveis. Esses estudos ajudarão a refinar as abordagens para a educação ambiental e fornecerão insights para a criação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas no futuro.

3.3 BOAS PRÁTICAS NO CONTEXTO DAS INTERAÇÕES ENTRE PODER PÚBLICO, SOCIEDADE E EDUCADORES AMBIENTAIS

Observa-se entre as publicações recentes que um dos aspectos mais consensuais é a importância da gestão participativa e da articulação estreita entre gestores públicos e a comunidade para a eficácia das políticas de educação ambiental. Autores como Jacobi e Sulaiman (2016) e Li e Oliveira-Puppim (2021) defendem que a participação ativa da sociedade e a construção conjunta de soluções são fundamentais para o sucesso de políticas sustentáveis, promovendo uma relação de confiança e um compromisso compartilhado com a responsabilidade ambiental. Outro ponto de convergência reside na necessidade de capacitação contínua de gestores e educadores. Tanto Rocha e Souza (2018) quanto Balduino Junior e sua equipe (2024) sugerem que a formação deve ser interdisciplinar e voltada para a prática, garantindo que os profissionais consigam responder a desafios ambientais dinâmicos e adaptados às realidades locais.

Os autores também concordam sobre o valor das práticas educativas que conectam os estudantes ao ambiente local. Moitinho e sua equipe (2017) e Melo e seus colaboradores (2019) defendem que atividades de campo e métodos interativos, que contextualizam o aprendizado em relação ao entorno dos alunos, promovem uma compreensão mais profunda dos princípios de sustentabilidade. Esses métodos são vistos como essenciais para solidificar o conhecimento ambiental e incentivar atitudes proativas em relação à preservação do meio ambiente.

No entanto, divergências notáveis surgem, especialmente em relação à extensão e ao formato da participação popular nos processos de gestão. Li e Oliveira-Puppim (2021) argumenta que a sociedade deve ter um papel substancial nas decisões ambientais, contribuindo diretamente para a criação e implementação de políticas públicas. Para ele, essa participação é essencial para construir políticas mais próximas da realidade das comunidades e para promover uma governança mais democrática. Em contraste, Timóteo (2019) sugerem que o envolvimento popular deve ser mais consultivo, com a tomada de decisão final permanecendo nas mãos dos gestores, cuja formação técnica permite lidar de forma mais eficaz com as complexidades da

gestão ambiental. Essa diferença reflete, de certa forma, o debate sobre se a gestão ambiental deve adotar um viés mais tecnocrático ou mais democrático.

Além disso, há discordância sobre a centralização das políticas públicas. Pereira e Guerra (2018) defendem políticas estruturadas em âmbito nacional, com normas que garantam uniformidade e alcance amplo. Em contrapartida, Jacobi e Sulaiman (2016) argumentam que a educação ambiental deve ser uma responsabilidade mais descentralizada, com adaptações às necessidades específicas de cada comunidade, o que garantiria maior relevância e eficácia das iniciativas ambientais.

Outra diferença relevante aparece na abordagem à formação de gestores e educadores ambientais. Enquanto Rocha e Souza (2018) enfatizam a importância de uma capacitação prática, focada em habilidades como gerenciamento de projetos e comunicação eficaz em contextos ambientais, alguns autores defendem uma formação que inclua mais ênfase em teorias socioambientais e práticas de engajamento comunitário. Essa diferença aponta para uma questão metodológica, refletindo distintas prioridades entre uma formação orientada para a prática e uma orientação mais teórica.

Apesar dessas contribuições, a literatura ainda apresenta lacunas significativas. Há pouca investigação empírica sobre o impacto real das políticas de educação ambiental em diferentes contextos socioeconômicos, especialmente no que diz respeito ao envolvimento de comunidades vulneráveis. Além disso, faltam estudos sobre os mecanismos específicos pelos quais a participação popular influencia os resultados das políticas ambientais. Futuras pesquisas poderiam explorar métodos de avaliação mais abrangentes que considerem a diversidade de contextos e os desafios específicos das regiões de baixa renda. Igualmente relevante seria investigar modelos híbridos de gestão que combinem as vantagens da centralização e descentralização, integrando também novas tecnologias de participação cidadã, como plataformas digitais de engajamento. Esse direcionamento pode enriquecer a compreensão da educação ambiental e melhorar a atuação dos gestores públicos e educadores na promoção de práticas sustentáveis.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na conclusão deste estudo, os autores refletem sobre os principais achados da pesquisa, destacando o papel crucial do gestor público na implementação e promoção de políticas eficazes de educação ambiental. A análise da literatura revelou que o sucesso das iniciativas de educação ambiental depende da capacidade dos gestores de integrar a sociedade, os educadores e os tomadores de decisão em um esforço coletivo. Os autores revisados, como Jacobi e Sulaiman (2016) e Li e Oliveira-Puppim (2021), ressaltam que a gestão participativa e o envolvimento da comunidade são fundamentais para a criação de políticas públicas ambientalmente sustentáveis. Essas abordagens não apenas promovem a conscientização ambiental, mas também fortalecem a relação de confiança entre governo e sociedade, favorecendo uma cultura de responsabilidade compartilhada e ações coletivas voltadas à preservação do meio ambiente.

A pesquisa evidenciou que, além de um compromisso ético e prático com a educação ambiental, os gestores públicos devem possuir habilidades interpessoais e técnicas para engajar a comunidade em um processo de gestão ambiental contínuo e efetivo. A revisão dos estudos revelou que a formação dos gestores, conforme sugerido por Rocha e Souza (2018), deve ser interdisciplinar, combinando conhecimentos sobre gestão pública, ecologia, educação e políticas públicas. Essa formação deve ser voltada para a prática e permitir que os gestores adaptem as políticas ambientais de acordo com as especificidades locais, como apontado por Pereira e Guerra (2018). Essa capacitação contínua é essencial para garantir a eficácia das ações e políticas, capacitando os gestores a responderem de maneira adequada às dinâmicas locais e aos desafios ambientais emergentes.

Outro ponto de destaque é a abordagem dos diferentes modelos de gestão, especialmente as divergências entre centralização e descentralização nas políticas de educação ambiental. Como argumentado por Jacobi e Sulaiman (2016), a descentralização permite maior flexibilidade e uma adaptação mais eficiente às realidades locais, favorecendo o engajamento comunitário e a efetividade das políticas. No entanto, autores como Timóteo (2019) defendem que a centralização pode ser necessária para garantir a uniformidade e a coordenação das políticas ambientais em âmbito nacional, assegurando a criação de normas e diretrizes que

integrem diferentes regiões do país de forma coesa. A divergência de opiniões sobre o grau de centralização necessário para uma gestão eficaz da educação ambiental revela a complexidade do tema e a necessidade de uma análise mais profunda sobre como equilibrar os benefícios de ambos os modelos.

Além disso, os resultados da pesquisa indicam que a participação popular, embora essencial, deve ser cuidadosamente gerida para evitar riscos de sobrecarga ou de decisões tomadas sem a expertise necessária. A análise qualitativa das publicações sugeriu que, em muitos casos, a participação popular foi limitada a consultas pontuais, sem um real envolvimento nos processos decisórios. A posição de Li e Oliveira-Puppim (2021), que defende uma participação mais substancial da sociedade na criação e implementação de políticas públicas, encontra uma contraposição em autores que, como Timóteo (2019), sugerem que a participação popular deva ser mais consultiva. O desafio, portanto, está em encontrar formas de integrar efetivamente a sociedade, sem comprometer a capacidade técnica dos gestores públicos de tomar decisões bem fundamentadas e eficazes.

Por fim, este estudo aponta para a necessidade urgente de uma avaliação mais aprofundada dos impactos das políticas de educação ambiental, com foco em contextos socioeconômicos específicos, especialmente em comunidades vulneráveis, onde a escassez de estudos empíricos sobre sua eficácia real representa uma lacuna significativa. Os resultados obtidos podem auxiliar a sociedade ao propor práticas de gestão pública que integrem métodos de participação digital e híbrida, tornando a educação ambiental mais acessível e inclusiva, além de sugerir modelos híbridos que combinem centralização e descentralização, adaptando-se às particularidades locais sem perder a coordenação nacional. Para a academia, o estudo oferece uma base para pesquisas futuras que explorem a aplicabilidade desses modelos e aprimorem a eficácia das políticas públicas ambientais, contribuindo para o avanço do conhecimento e a transformação social. Apesar das limitações, como a falta de dados empíricos em certos contextos, as sugestões para pesquisas futuras incluem investigar a integração de novas tecnologias e a viabilidade de modelos híbridos de gestão, visando políticas ambientais mais eficazes e adaptáveis.

Referências

- ALVES, M. R., RODRIGUES, V. D., SOARES, W. D., JUNIOR, R. S. M. **Revisão da literatura e suas diferentes características**. Editora Científica Digitas, 4, 46-53, 2022. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/220509058.pdf>. Acesso em 18/01/2025.
- BALDUINO JUNIOR, A. L.; ALMEIDA, R. S.; GONÇALVES, J. N. DE A.; CAVALCANTE, D. DE F. M.; SILVA, R. DOS S.; ROSENDO, B. L. P.; PASSOS, C. R. S.; BENVINDO, J. DOS S.; MOREIRA, J. H. F.; SOUZA, C. M. V. Educação ambiental e sustentabilidade: As contribuições da formação docente para a conscientização sustentável nas escolas. **LUMEN ET VIRTUS**, v. 15, n. 40, p. 4366-4375, 2024. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/LEV/article/view/447>. Acesso em 18/01/2025.
- BONADEO, B. **Sustentabilidade e relações públicas: o perfil e a atuação do profissional na comunicação organizacional sustentável**. Monografia (Departamento de Ciências da Comunicação) - Universidade Federal de Santa Maria, Frederico Westphalen/RS, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/22353>. Acesso em 18/01/2025.
- CAMPOS JÚNIOR, R. N. C.; SILVA, W. C.; SILVA, É. B. R.; SÁ, P. R.; FRIAES, E. P. P.; COSTA, B. O.; ROCHA, C. B. R.; SILVA, L. C. M.; BORGES, D. C.; CRUZ, S. L. F.; NINA, L. M. B.; OLIVEIRA JÚNIOR, J. A. Revisão integrativa, sistemática e narrativa-aspectos importantes na elaboração de uma revisão de literatura. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 28, n. 1, p. 11, 2023. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8970882>. Acesso em 10/11/2024.
- CARDOSO, F. H. **Crise e reinvenção da política no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=ajdRDwAAOBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 18/01/2025.
- DIAS, G. F.; SALGADO, S. **Educação ambiental, princípios e práticas**. Editora Gaia, 2023. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=bHyeEAAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 18/01/2025.
- ERCOLE, F. F.; DE MELO, L. S.; ALCOFORADO, C. L. G. C. Revisão integrativa versus revisão sistemática. **REME-Revista Mineira de Enfermagem**, v. 18, n. 1, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em 10/11/2024.
- JACOBI, P. R.; SULAIMAN, S. N. Governança ambiental urbana em face das mudanças climáticas. **Revista Usp**, n. 109, p. 133-142, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/123149/119517>. Acesso em 18/01/2025.

- LAWSON, E. T., GORDON, C., MENSAH, A., & ATIPOE, E. Developing Tools for Community-Based Environmental Education for Migrant Children and Youth in Ghana. **Journal of Education and Learning**, v. 4, n. 2, p. 6-18, 2015. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ1075159>. Acesso em 18/01/2025.
- LI, W.; OLIVEIRA-PUPPIM, J. A. Environmental governance for sustainable development in Asia. **Journal of Environmental Management**, v. 290, p. 112622, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301479721006848>. Acesso em 18/01/2025.
- MELO, M. L. G. F.; MIRANDA, M. J. A.; LIMA, M. E. N. Concepções e práticas de educação ambiental. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 9, p. 15495-15509, 2019. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/3281>. Acesso em 18/01/2025.
- MOITINHO, E. B., CAMPOS, G. M., MACHADO, I. B., FIGUEREDO, D. M., MENDES, I. M. F., & SALES, R. M. M. A educação ambiental como instrumento de sensibilização para reutilização de resíduos sólidos. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 12, n. 5, p. 874-878, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7162167>. Acesso em 18/01/2025.
- PEREIRA, A.; GUERRA, A. F. S. Políticas Públicas de Educação Ambiental: Uma Análise da concepção de educadores (as) de uma escola pública sobre o projeto AMBIAL. UNIVERSIDADE DO CONTESTADO-UnC SOLANGE SALETE SPRANDEL DA SILVA Reitora, v. 89460, p. 26, 2018. Disponível em: http://uni-contestado-site.s3.amazonaws.com/site/pesquisa/anais+e+ebooks/e-book%20educacao_Curitibaanos.pdf#page=27. Acesso em 18/01/2025.
- ROCHA, V. N. L.; SOUZA, W. Educação ambiental na Amazônia brasileira: formação de disseminadores ambientais no entorno de unidades de conservação. **Natural Resources**, v. 8, n. 1, p. 52-61, 2018. Disponível em: <https://www.sustenerere.inf.br/index.php/naturalresources/article/view/CBPC2237-9290.2018.01.0006>. Acesso em 18/01/2025.
- RODRIGUES, J. C. R.; NASCIMENTO, R. S. Saber ambiental, complexidade e Educação Ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, [S. l.], v. 11, n. 5, p. 152-165, 2016. DOI: 10.34024/revbea.2016.v11.2363. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/2363>. Acesso em 18/01/2025.
- SACHS, J. **A era do desenvolvimento sustentável**. Leya, 2017. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=k2EuDwAAOBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 18/01/2025.

SETÚBAL, M. A. **Educação e sustentabilidade: princípios e valores para a formação de educadores**. São Paulo: Peirópolis, 2015. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=AHaCCwAAOBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 18/01/2025.

TIMÓTEO, G. M. **Educação ambiental com participação popular : avançando na gestão democrática do ambiente**. 2. ed. rev. e ampl. Campos dos Goytacazes, RJ : EdUENF, 2019.

Disponível em: <https://uenf.br/cch/lesce/files/2019/10/Livro-1-eBook.pdf>. Acesso em

18/01/2025. TUNDISI, J. G.; MATSUMURA-TUNDISI, T. M. **Limnologia**. Oficina de textos, 2016. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=6LcWDAAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 18/01/2025.

VEIGA, J. E. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**. Senac, 2017. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=v-IDDwAAOBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 18/01/2025.